



XII CONFASER

**Congresso Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e
Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil**



CADERNO DE TESES

De 23 a 26 de novembro de 2015

Bento Gonçalves — RS



XII CONFASER

Congresso Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil

De 23 a 26 de novembro de 2015

Bento Gonçalves — RS

Comissão Organizadora Nacional

Manoel Saraiva Marques

Carlos José de Carvalho

Adolfo Brás Sunderhus

Sônia Bergamasco

Eros Marion Mussoi

Jorge Tavares

Coordenação Estadual

Oswaldo Guadagnin

Juliano Pörsch

Iria Rekziegel Schreiber

Álvaro Junqueira



TEMA CENTRAL

Extensão Rural e Inclusão Social

Juliano Pörsch¹

Justificativa

A história do meio rural brasileiro a partir da metade do século XX não pode ser contada sem fazer menção à extensão rural. Implantada a partir de visões e pensamentos externos que visavam a modernização do campo e a melhoria de vida dos agricultores, a extensão rural brasileira foi mudando, se adaptando a cada período histórico, e em determinados momentos, questionando e repensando suas ações.

No período da modernização conservadora da agricultura brasileira entre as décadas de 60 a 80 passadas, a extensão rural cumpriu seu encargo de auxiliar no aumento da produção e da produtividade agrícola, possibilitando o avanço econômico e social de milhares de famílias rurais. Como efeito colateral deste processo, muitas famílias permaneceram marginalizadas e excluídas da cidadania e das políticas públicas, que neste período privilegiaram os maiores proprietários, os agricultores mais eficientes, bem como as culturas de exportação.

Visões tecnicistas equivocadas deste período, ao considerarem o meio rural apenas como local de produção agrícola ampliaram ainda mais as diferenças sociais de seus moradores, não levando em consideração as especificidades locais, sociais, culturais, étnicas, ambientais e fundiárias. Esta tentativa de “homogeneização” promoveu a manutenção da pobreza rural limitando o acesso à cidadania destes residentes rurais. Segundo dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE), 46,7% da população brasileira em extrema pobreza encontra-se no meio rural, o que corresponde a 7,5 milhões de brasileiros, mesmo que a população rural total corresponda por apenas 15,6% da população total do país.

Mesmo o Brasil tendo saído em 2014 do Mapa Mundial da Fome elaborado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU), o papel da extensão rural é fundamental para a inclusão social, produtiva e econômica deste contingente de excluídos do campo. Neste sentido, o fortalecimento da agricultura familiar, bem como, o apoio às atividades não-agrícolas, à pluriatividade e à

¹ Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar.



multifuncionalidade do meio rural impõem à extensão rural novos desafios para esta inclusão social, para a busca da melhoria da qualidade de vida das famílias e do desenvolvimento rural.

Tese

À luz da justificativa exposta, a extensão rural brasileira, pela sua capilaridade, sua carga de conhecimentos, sua proximidade com os agricultores e suas representações, aliada às políticas públicas implementadas no Brasil nos últimos anos, possui condições de contribuir efetivamente no fortalecimento da agricultura familiar e na inclusão social e econômica das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Compete, todavia, aos órgãos de extensão rural e ao poder público definir com clareza se querem novamente fomentar uma Ater transferidora de tecnologia ou seguir caminhando na efetivação de uma Ater que busque desenvolvimento rural com diálogo, participação e protagonismo.



TESES COM FOCO NA EXTENSÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

A sucessão familiar

Carlos de Carvalho²

A Temática da Juventude Rural, na sucessão familiar na Agricultura ocupa cada vez mais espaço nas discussões das academias, das instituições ligadas ao setor, das diversas esferas governamentais, pois o meio rural está envelhecendo, os agricultores têm, em média, mais de 50 anos, e os filhos, por sua vez, apresentam uma escolaridade mais elevada que os pais e vêm incorporando a cada dia o modo de vida da área urbana. Nesse processo em andamento se verifica que os pais não compreendem a real necessidade de preparar os filhos para sucessão na propriedade adotando algumas medidas para incentivar os jovens a gerenciarem algumas atividades. Aliado a essas questões encontramos outro grupo de jovens que vem perdendo a motivação de continuar no campo, por conta de enormes dificuldades enfrentadas nas comunidades rurais, sejam em termos de produção agropecuária, na comercialização dos produtos agrícolas, infraestrutura (transporte, estradas, saneamento básico, etc) serviços (escolas, atendimento médico, etc) muitas vezes precários. Essa situação gera uma visão negativa da atividade agrícola e os jovens não visualizam boas perspectivas de continuar. Nos diversos momentos oportunos para os jovens se pronunciarem nas conferências, encontros, seminários realizados, relataram que as maiores dificuldades são a falta de opção ou atividades que gerem renda suficiente para oportunizar o jovem no atendimento de suas necessidades básicas (educação, social, lazer e cultural).

Desta forma, a Agricultura Familiar enfrenta o desafio de continuar os projetos desucessãoda unidade familiar, pois os estabelecimentos estão perdendo os jovens para cidade. De 2000 a 2010, houve uma redução de 21% no número de jovens da população rural. O contexto dessa redução envolve a migração, Nas décadas de 1960 a 1980, a migração rural era da população adulta e de toda a família. A partir dos anos 90, o deslocamento é basicamente na faixa etária de 15 a 24 anos.

A juventude rural na agricultura familiar é composta por jovens entre 15 e 29 anos, filhos de agricultores familiares. Cabe a eles, como protagonistas de um programa federal de fortalecimento da juventude no meio rural, a construção de uma estratégia de

2 Extensionista rural da Emater/PR.



ação participativa com o comprometimento mútuo de um conjunto de entidades, em que o acesso à educação, às políticas públicas, aos postos de trabalho em atividades agrícolas e não agrícolas, à cultura e ao lazer possa ser universalizado na construção de um rural com gente jovem e feliz.

Cabe aos governos federal e estaduais trabalhar para atender esse público e fazer com que haja continuidade na vida do campo, com qualidade. As políticas públicas para juventude rural, desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem apoiado programas de Assistência Técnica e Extensão Rural para juventude rural, que visa a inclusão social e econômica do jovem rural na agricultura familiar, O programa apoia o protagonismo juvenil para a organização de grupos e, sobretudo apoia, capacita e assessora os grupos de jovens no planejamento e gestão da propriedade rural, de empreendimentos agrícolas no desenvolvimento de habilidades empreendedoras para geração de trabalho e renda. É fundamental que as políticas públicas para a juventude rural atuem em várias frentes de forma articuladas.

Outras iniciativas efetivas são o Pronaf Jovem e outras modalidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que apoiam projetos produtivos agrícolas e não agrícolas para os jovens rurais. Já a linha Nossa Primeira Terra, dá acesso à terra em projetos coletivos e individuais, enquanto os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (PNAE) organizam grupos de jovens em associações e cooperativas para acesso ao mercado, o Program de inclusão digital oferece cursos de formação em informática e processos de organização para acesso à internet.

Também cresce o apoio à Educação do Campo para entidades nas Escolas de Alternância, o Pronera para jovens assentados, Escolas Técnicas Federais, Colégios Técnicos Estaduais, além do Pronatec Campo.

Todas essas ações criarão oportunidades que viabilizam um projeto de permanência do jovem no campo, com processos de sucessão familiar planejado. Elas contribuem para uma intervenção pública, com o fortalecimento e a transversalidade das políticas pertinentes à juventude rural em suas dimensões econômica, ambiental e sociocultural.



Novas Institucionalidades

Eros Marion Mussoi³

Justificativa

Embora possamos ter críticas ao modelo extensionista oficial implantado no Brasil nos finais dos anos 1940 e sua articulação direta com uma concepção de “modernização da agricultura” que foi excludente e ambientalmente equivocada, ele deixou características que demonstram ser fundamentais de serem consideradas como fatores de institucionalização principalmente os fatores de “capilarização institucional e interiorização”, quanto o fator de “capacitação de pessoas” importante ferramenta para garantir metodológica e tecnicamente seus objetivos.

No entanto, a experiência brasileira é repleta de ações e intenções que vão deixar clara uma perspectiva de transição a partir da análise crítica do modelo de desenvolvimento implantado, mas também por ajustes institucionais nas entidades e mesmo pelo acontecimento de novos fatos. Estas transformações se dão especialmente em características método pedagógicas, de conteúdo técnico e mesmo de gestão social, mas também no surgimento de novos atores institucionais que ampliam as entidades de Ater, com a formação a partir dos finais da década de 80 de um conjunto importante de Organizações Não Governamentais ONGs, e mais adiante de Cooperativas de Trabalho e Serviços em Ater, e mesmo de setores técnicos de Cooperativas de produção, fomentos agropecuários e setores técnicos de Prefeitura Municipais.

Referentemente às instituições oficiais de Extensão Rural, algumas modificações significativas podem ser apontadas: a integração interinstitucional com a Pesquisa Agropecuária que determina o surgimento (por fusão administrativa) de entidades que reúnem as duas dimensões (Pesquisa e Extensão); algumas experiências interessantes que apontam no sentido de maior descentralização institucional e de maior participação na gestão social das entidades seja pelo corpo funcional, seja pela Sociedade representada. Por outro lado, também acontecem experiências que subjugam a dimensão Extensão Rural a outros setores institucionais ou mesmo que enquadram a Extensão Rural como um subsetor de Secretarias de Agricultura Estaduais ou mesmo submetidos a processos de municipalização (“prefeiturização”) drásticos e pouco qualificados.

O surgimento da Anater — Agência Nacional de Assistência e Extensão Rural

3 Professor do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



— é um fato novo que poderia ser bastante promissor na medida em que poderia vir em favor de uma institucionalização efetiva da Extensão Rural e transformação desta como política de Estado. No entanto, a forma como foi construída e seu resultado deixa um conjunto de fatores preocupantes que precisam ser aprofundados e mesmo transformados em favor de uma gestão efetivamente mais democrática e de ações de desenvolvimento correntes com as características das diversas representações de Agriculturas Familiares e da Pesca Artesanal existentes no país.

Tese

As transformações institucionais no referente à Extensão Rural evidenciam que, diferente das décadas iniciais, a Extensão Rural não está mais sozinha como serviço de Ater no meio rural e tem parceiros importantes que devem ser muito considerados a partir da visão de desenvolvimento territorial integrado, principalmente considerando a atuação em redes. Parceiros estes tanto no campo da atuação em Ater quanto com a própria Pesquisa Agropecuária e Social e com as Universidades na produção de conhecimento e mesmo na atuação em Extensão.

Evidente também a necessidade cada vez maior de processos de Gestão Social que favoreçam a maior participação da Sociedade na construção e gestão de projetos de desenvolvimento e das próprias entidades de Ater.

A Anater, da forma como está concebida, representa mais um risco que uma oportunidade para o sistema como um todo.

Educação para a Agricultura Familiar

Jorge Tavares⁴

Justificativa

A educação para o mundo rural historicamente no Brasil nunca foi uma prioridade. “Para trabalhar com enxada, para que educação?” foi o pensamento majoritário durante muito tempo. Educação era para o filho do latifúndio para cuidar de suas propriedades. Surgem assim a partir de 1901 a Luiz de Queiroz (ESALQ) e depois do Decreto do Ensino Agrônômico de 1910, que ampliam-se a criação das escolas

4 Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).



superiores de agronomia e medicina veterinária. Em 1918 o Ministério da Agricultura é autorizado a criar patronatos que vão se transformando em escolas agrotécnicas. Nos anos 30 e 40 há uma ampliação da influência americana nas áreas de agricultura, educação e saúde com diversos programas voltados para o campo com objetivo da sua modernização. Observa-se que a educação neste período e nos anos seguintes não é um direito, mas uma estratégia de reforma moral, correção de caráter e preparação de mão de obra para o latifúndio. Mesmo com a intensa movimentação social dos anos cinquenta, com a criação de movimentos eclesiais de base, movimentos culturais, a UNE com sua proposta de teatros populares e outras movimentações de cultura popular que busca uma educação de qualidade e como uma função do estado que se encerra com o movimento militar com interferência armada. Há uma ruptura drástica da ordem institucional e um avanço e a crescente criminalização dos movimentos sociais.

Somente nos anos 90 a dinâmica modernizadora no campo brasileiro assume novos desafios inclusive com a exigência de educação para manuseio das máquinas modernas. Paralelamente os movimentos sociais incluem a tese da educação como um direito do campo. Surge toda uma movimentação voltada para reafirmar a educação como o direito do e no campo. A partir deste período se reafirma a educação como metodologias da alternância, a escola em movimento, cursos superiores para assentados e agricultores familiares apoiados pelo PRONERA e finalmente a aprovada a lei de agricultura familiar (lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006) que define o que é agricultura familiar e a partir de 2003 é reestruturada a extensão rural e em 2010 a aprovada a lei de Ater (Lei 12.188/2010).

A definição através de seu Art 2º é o seguinte “Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais”. Em outras palavras a extensão não é um processo de simples transferência de tecnologia. Há que se discutir que tipo de tecnologia e mais que papel a extensão deve assumir e que condições esta deve ter para poder exercer este novo papel. Algumas tendências e desafios podem ser apontadas como questão ambiental, agricultura familiar, produção de alimentos, qualidade de vida e o direito a educação são alguns destaques que podem serem apontados. Há porém uma tendência de cada vez mais de urbanizar o rural, quando é no rural que se contribui de fora significativa para a economia do país. O que é diferente e justo é a defesa de acesso



aos benefícios dos serviços públicas para as populações rurais.

Tese

Entende-se a educação como um direito dos agricultores familiares. A extensão rural tem sua responsabilidade, como educação não formal, na construção e no apoio educativo a agricultura familiar. Não somente direito a uma educação, mas defende-se uma educação do campo e no campo, que trabalhe os diversos ambientes e se busque explicar e compreender as especificidades e o manejo adequado do agroecossistemas onde se vive. Nesta perspectiva têm-se experiências significativas de alternativas educacionais para o campo. Destacando que a educação tem contribuído para uma melhoria de qualidade de vida, pela otimização do uso elementos disponíveis coma verticalização da produção, inclusive com acesso direto aos consumidores e a políticas públicas. Desta forma, há um retorno inverso nas migrações. Seja pela falta de oportunidades no mundo urbano ou pela compreensão da possibilidade de uma qualificação de vida a partir do trabalho no campo.

Soberania Alimentar

*Eros Marion Mussoi*⁵

Diante da crise alimentar que o mundo passa, resultado de modelos equivocados baseados na modernização da agricultura e, que para o caso dos países do Terceiro Mundo, no seu principal propósito de produção de *commodities* exportáveis, torna-se necessário discutirmos e buscarmos caminhos valorizando a Agricultura Familiar, produtora da diversidade alimentar característica da realidade brasileira e componente fundamental da mesa dos brasileiros.

A Agricultura Familiar, na sua experiência histórica, traz a grande promessa de criar práticas agrícolas altamente produtivas, sustentáveis (pelo menos, muito mais sustentáveis que o agronegócio), receptivas, flexíveis, inovadoras e dinâmicas. Desta forma a Agricultura Familiar, decisivamente pode contribuir com ações de Soberania Alimentar e Nutricional.

O modelo da Revolução Verde, pelas suas características centralizadoras e

5 Professor do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



dominadoras do seu processo de criação e intencionalidades, desprestigiou a Agricultura Familiar camponesa, desprezando todo conhecimento historicamente construído e sua capacidade dinâmica de adaptação, e mesmo, rejuvenescimento frente a novos desafios e fatos novos em termos de perspectivas sociais, econômicas e ambientais.

No entanto, é importante caracterizar que a questão da Soberania Alimentar transcende a questão da quantidade de alimentos produzidos. A Soberania é um conceito mais amplo que envolve a qualificação do alimento (em termos de sua qualidade na forma de produção ecológica ou convencional) e da alimentação (sua diversificação). Outro conceito importante que envolve a questão de Soberania Alimentar é a territorialidade, ou seja, a própria Soberania Territorial, na medida em que os territórios devem, o mais possível, ter sua Soberania local, com circuitos curtos de comercialização que aproxime decisivamente o agricultor do consumidor, dando garantia a este do produto a ser adquirido.

Outra questão fundamental em termos de Soberania Alimentar é a (re)valorização dos alimentos tradicionais (um conjunto enorme de grãos, raízes, tubérculos, frutas, folhas que não são contemplados pela agricultura clássica e comercial)⁶, esquecidos pela Revolução Verde e por extensão pelas políticas públicas para o Desenvolvimento nas últimas 5 décadas. Hoje já existem experiências importantes de valorização dos alimentos tradicionais (resultado da resistência positiva de agricultores e populações tradicionais e suas coletividades) que passam a ser potencializadas e valorizadas, pois significam muito em termos de qualidade e quantidade de alimentos a disposição de populações vulneráveis, mas não só (alguns produtos tradicionais são já encontrados em feiras agroecológicas e mesmo em prateleiras de grandes supermercados).

Do ponto de vista de políticas públicas, trabalhar a questão Segurança e Soberania Alimentar é questão de enorme complexidade pelas diversas variabilidades territoriais, humanas, ecológicas e epistemológicas (referindo-se os diversos tipos de acúmulos e conhecimentos envolvidos).

Projetos de desenvolvimento complexos demandam de articulações interinstitucionais e setoriais mais efetivas. Quando se fala de articulação, pensa-se diversos setores atuando em uma mesma direção dentro de suas especificidades (como agricultura, saúde, educação, infraestrutura, estudos estratégicos, urbanização e

6 No mundo existem cerca de 80 mil espécies conhecidas de plantas comestíveis, mas apenas 50 delas fornecem 90% dos nossos alimentos.



ocupação territorial, etc.) e nos diversos espaços, rurais, urbanas e periurbanas que praticam agricultura. Isto potencializaria a ação de Estado e de seus parceiros, inclusive evitando duplicidade de atividades, proporcionando economia de esforços institucionais e recursos materiais, humanos e financeiros, e ganhos de efetividade das políticas públicas.

No entanto, historicamente, este tipo de ação integral e integrada tem sido difícil devido a um caráter segmentado e corporativo de diversas instituições que atuam na sociedade e mesmo da existência de certa competitividade entre os instrumentos de políticas públicas.

Recentemente, a partir de um foco de desenvolvimento territorial sustentável, tem sido traçadas algumas inovadoras perspectivas de integração interinstitucional e, principalmente, de gestão social de projetos de desenvolvimento, mas os resultados práticos efetivos ainda são insuficientes, frente à magnitude do problema Soberania Alimentar.

A Extensão Rural como instrumento de aplicação de políticas públicas para o rural e mesmo, áreas urbanas e periurbanas que praticam agricultura, é fundamental como agente integrador destas políticas, na perspectiva de um Desenvolvimento Sustentável.

Tese

“O apoio da Extensão Rural no fortalecimento da Agricultura Familiar tem como principal estratégia a Soberania Alimentar e Nutricional”.

Gestão da Água

Sônia Bergamasco⁷

Água é o elemento essencial a vida. Todas as vidas. É também a parte mais visível da crise ambiental. Sejam pela escassez ou pelo excesso. Quando grandes quantidades de água caem em curto espaço de tempo, gerando inundações, deslizamentos de terra e outras catástrofes naturais. Naturais, porém, como

7 Professora titular da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (FEAGRI/UNICAMP).



consequência da ação humana no ambiente. A água é importante para uso direto, consumo ou indireto, na agricultura, indústria etc, para isso a gestão da água cada vez se torna fundamental.

Apenas 3% das águas no planeta terra não são salgadas e destas 2% estão nas calotas polares e glaciares, portanto, temos apenas 1% da água para manejar e garantir a vida na terra. Sua distribuição é extremamente desigual. Há regiões com uma grande quantidade e outras, desertos, onde a água é muito escassa. Entre estes extremos, tem-se muitas variações e para agricultura familiar este é mais um dos desafios que a ATER necessita enfrentar e vencer, com desenhos de agroecossistemas que tratem adequadamente e de forma sustentável o uso dos elementos naturais, particularmente, a água.

As experiências de transporte de água para consumo humano e no seu uso para irrigação e indústria é milenar e sua condução por gravidade vem dos tempos dos incas, astecas e mesmos dos otomanos. Há sociedades que manejaram a água com muita propriedade e sua evolução esteve ligada a melhora tecnológica do manejo da água. Porém, atualmente este desafio permanece em função da ampliação do uso da água.

No Brasil, existem 8 grandes bacias hidrográficas. A do rio Amazonas, a do rio Tocantins, as do Atlântico Sul, trechos Norte e Nordeste, a do rio São Francisco, as do Atlântico Sul, trecho Leste, a do rio Paraná, a do rio Paraguai, e as do Atlântico Sul, trecho Sudeste, que sofrem com os rios que compõem a bacia, os rios tributários que alimentam.

Estes rios tributários, que são os afluentes dessas grandes bacias encontram-se em sério risco e em processo de degradação. Pelo depósito de resíduos nos rios pelas indústrias, cidades, hospitais. Uso de agrotóxicos. Desmatamentos, eliminação de matas ciliares, uso excessivos na irrigação e dessedentação de animais levam a um desafio na gestão destas bacias com seus diversos usos e usuários. Também as águas subterrâneas estão contaminadas por agrotóxicos.

O Brasil é um grande exportador de bens primários, portanto de água. O que nos desafia como ATER é mudar a nossa matriz tecnológica e organizacional para usar menos água e produzir mais. Isso exige investimentos para gerar tecnologias adaptadas aos diferentes ambientes brasileiro.

Há, no entanto, várias experiências exitosas que precisam dar seguimento, como reflorestamento, recomposição de matas ciliares, reaproveitamento de águas, saneamento e tratamento de resíduos sólidos. A mudança da lógica de combater as secas



para a convivência no semiárido foi importante para o desenvolvimento de políticas de captação e manejo, bem como, de tecnologias.

Democratização do acesso água corrente, subterrânea ou em grandes açudes está relacionada a posse da terra e acesso a tecnológica, esta última, em grande parte é atribuição da ATER. Os comitês de bacia é um dos pilares de gestão das bacias, que deve estimular a mobilização, organização, democratização para empoderar os diversos usuários, principalmente os agricultores familiares. Percebe-se que muitas vezes não falta água, falta sim, o acesso à mesma, uma vez que as captações são feitas para beneficiar determinado grupo e para determinado uso.

Questão central é que a água é fundamentalmente ecológico isto exige, além da questão da captação e manejo, a produção de água. Além do mais o acesso água é um direito.

Tese

A extensão rural ao atuar junto a agricultores familiares na captação, manejo e produção de água promove a inclusão social e reduz a miséria.

Integração das Políticas Públicas

Adolfo Brás Sunderhus⁸

A agricultura sempre foi objeto de observações de gestores públicos e da sociedade, tendo como objetivo melhorar as práticas produtivas e comerciais. Ao longo desta história emerge, no campo político e institucional, através da implantação de um “moderno modelo de produção”, com base em uma visão reducionista, difusionista e produtivista, com favorecimento das monoculturas e das grandes extensões de terra, optando por uma política concentradora de renda e socialmente excludente, em detrimento de um sistema de produção familiar. Esta opção favoreceu a implantação de uma política com visão míope em sua abrangência social e ambiental, tendo como base as “preferências econômicas” de determinados segmentos produtivos, e não a integração de políticas e ações para o desenvolvimento sustentável do meio rural. A extensão rural, dentro do seu contexto histórico, é usada com este propósito, mesmo estabelecendo, ao

8 Agente de Desenvolvimento Rural do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), e presidente da Associação dos Servidores da Incaper (ASSIN), biênio 2013/2015.



longo de sua história, forte crítica e uma luta constante contra esta forma de pensar e agir.

O fortalecimento divergente, deste pensar e agir, pela extensão rural e pelo extensionista, aliado a um processo de amadurecimento crítico da sociedade, buscando a inclusão social produtiva e econômica, tem proporcionado, ao longo destas últimas duas décadas, a construção de um projeto para o meio rural que prioriza a troca de experiências com foco no desenvolvimento das pessoas, na integração dos saberes e nas potencialidades locais e regionais. Este processo se mantém muito vivo, pois vem com um viés que pressupõe o rompimento de paradigmas da exclusão para construção de um novo momento, que exige de todos, poder público e sociedade, esforço na integração das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do meio rural, que passa pela ação dos trabalhadores/as da Extensão Rural e por uma Pesquisa Agrícola Participativa, tendo o extensionista e a família rural como os reais protagonistas desta transformação.

Nesta visão, a Extensão Rural e os trabalhadores/as da extensão rural, situam-se respectivamente como ferramenta e agentes de desenvolvimento, capazes de proporcionar a universalização e a integração das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável e solidário no meio rural, gerando um ambiente de felicidade social e satisfação econômica as famílias rurais e camponesas. Este processo pode ser visto de forma mais objetiva e concreta quando, por exemplo, vemos a ampliação das políticas públicas para o meio rural e sua crescente contribuição de transformação social e econômica às famílias rurais, dentre as quais citamos a evolução dos recursos financeiros do PRONAF com a inserção de jovens e mulheres rurais no processo produtivo e de geração de oportunidades, renda e melhor ocupação produtiva no ambiente da unidade de produção familiar. Podemos citar ainda a consolidação da extensão rural como um sistema mais descentralizado e mais articulado, com universidades, com a pesquisa, com os movimentos sociais do campo e sobretudo, com o conhecimento e saberes dos agricultores/as familiares e camponeses, povos e comunidades tradicionais.

Todo este processo permite a constituição e o fortalecimento de outras políticas públicas, que se integram as já existentes, e que passam a ser fundamentais para as famílias rurais como a política nacional de alimentação escolar (PNAE), o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) e o Brasil sem Miséria, que integradas a uma visão de Territorialidade, agem como uma importante ferramenta de



integração das políticas públicas para as ações de Extensão Rural, ou seja, as ações de ATER e os trabalhadores/as da extensão rural são elementos centrais e estratégicos na implantação, integração e operacionalização das políticas públicas de inclusão social, produtiva, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável do meio rural.

Tese

A Extensão Rural passa a ter a sua dimensão política valorizada pela capacidade de estar presente junto as mais distantes famílias rurais, com o propósito de ser o elo de articulação e integração das diversas políticas públicas, de ser a alternativa para dar oportunidade às diversas populações mais excluídas do Brasil em acessar políticas de inclusão social produtiva e econômica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável rural. Esta valorização é reforçada a partir do momento em que a Extensão rural deixa de ser uma organização com foco na assistência técnica ao agricultor para ser um dos eixos central do planejamento local, movimentando a capacidade da região e das pessoas em aproveitar o seu potencial para o desenvolvimento a partir de sua realidade.

O extensionista, “pela sua ação em si e um agitador de ambientes, e a extensão rural estando no local, pensa e age de forma local”. Esta particularidade torna a Extensão Rural e os trabalhadores/as da extensão rural como grandes articuladores das políticas públicas, capaz de democratizar as decisões, de promover o exercício da cidadania no meio rural e de ser o facilitador para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, atentos a formação de competências e mudanças de atitudes e comportamentos nas relações sociais, na família e nas comunidades, nos processos de comercialização local e regional e de mercados institucionais. Fica evidente que a ação extensionista dos trabalhadores/as do serviço público agrícola no Brasil é estruturante para promover a amplitude de políticas públicas cujo propósito, e o de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e vida com qualidade as famílias do meio rural.



TESES COM FOCO NA NATUREZA DO(A) TRABALHADOR(A) DA EXTENSÃO RURAL

O estado da arte da Extensão Rural

Jorge Tavares⁹

Justificativa

Há profundas modificações na sociedade mundial e conseqüentemente na sociedade brasileira. Novas institucionalidades se articulam e novos desafios surgem para a sociedade como um todo. Há diversos brasis. Aquele moderno onde se exige um tipo de extensão. Há aquele onde a modernidade ainda é uma utopia que exige uma extensão rural adequada a esta realidade. Neste caminho, há diferentes tipos de extensão rural no Brasil conforme a região onde atua. Porém há mais. Há diferente tipos de extensão de acordo com entendimento de distintos setores. Há a extensão oficial que chegou a ser um sistema nacional coordenado pela Embrater, que foi desativado e destruído, restando aos trabalhadores(as) das organizações estaduais resistirem. Ao mesmo tempo, verifica-se a ampliação de atuação de ONG's e outras organizações como cooperativas de técnicos e outros agentes de extensão crescendo no vácuo deixado pela ater oficial.

Cresce no Brasil o papel da assistência técnica liderada pela Confederação Nacional da Agricultura, órgão do patronato brasileiro, que busca monetarizar e modernizar a agricultura. Há de se reconhecer que há uma enorme diferença entre assistência técnica e extensão rural. Entre uma agricultura patronal e uma agricultura familiar. Entre uma agricultura com usa intensamente veneno e aquela agricultura da base ecológica. Entre agricultura do capital e aquela agricultura familiar, com foco na reprodução social da família. Há, no entanto, um elemento comum. O trabalhador(a). Seja no sistema oficial de extensão nos diversos estados. Seja aqueles das ONG's e cooperativas. Seja aqueles do sistema S. É necessário distinguir e reconhecer os diferentes campos de luta. Mesmo que tendo em comum a exploração do trabalho e nem sempre condições adequados de trabalho e de remuneração.

Esta situação é geral e antigo. Já nos anos quarenta havia uma denúncia e a constatação do pouco capital social no Brasil, o que gera uma participação pouco

9 Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).



expressiva da sociedade, conseqüentemente se observa uma atuação frágil dos sindicatos. Novas realidades. Novas institucionalidades. Novos valores. São desafios que se colocam e que precisam respostas e provavelmente uma nova postura dos trabalhadores e suas representações. Certamente concordamos que toda ação é política, porém a serviço de quem e defendemos que posições políticas.

No que diz respeito a situação hoje da extensão rural é confusa. Se a extensão é recriada a partir de 2003 sua situação parece ser crítica anos depois. Há um processo crescente de desmonte nos diversos estados. Associações e sindicatos representando os trabalhadores(as) da extensão, porém sem uma atuação mais integrada e articulada com outros setores sindicais. Também parece fraco o caráter sindical destes organismos. Há um envelhecimento das diversas faixas etárias. Com processos diversos de estímulos a aposentadorias voluntários e a constatação de um enorme passivo negativo das diversas empresas oficiais de extensão. Portanto em 2015, a situação é de crise. Conceitual, funcional, etária, administrativa, financeira e política.

Como atuar em uma situação desta? Articulando entre si, integrando com outros organismos de trabalhadores. Atuando como sindicato na defesa e no fortalecimento do trabalhador e trabalhadora da extensão. Buscando identificar bandeiras que fortaleçam uma sociedade mais democrática e justa. Assumindo a defesa de um modelo de sociedade onde se democratize oportunidades e se criem condições de efetivo exercício profissional. Isto implica em democratizar o acesso a terra, através de assentamentos de reforma agrária e o uso de tecnologia adequada as diferentes agroecossistemas existentes. Este processo exige uma ATER flexível, adequada e principalmente comprometida com a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. Para isso é necessário o reconhecimento da importância da ATER e oferta de condições de trabalho e salários dignos para os trabalhadores(as) da extensão. Há uma longa experiência de trabalhos de extensão no Brasil. Em diferentes esferas. Há resultados deste trabalho. Há uma expectativa de futuro com a ANATER. Isto implica na construção de uma intensa atuação política para no embate entre diferentes grupos e entre capital e trabalho prevaleça aquelas teses e ações que beneficie a maioria da população.

Tese

A ATER é uma estratégia educativa de fortalecimento da agricultura familiar e da melhoria da qualidade de vida do campo. Que atua na ampla concertação das



diferentes políticas públicas e na sua aplicabilidade junto às famílias de agricultores, promovendo uma agricultura ecológica e a geração de oportunidades. Para isso esperam-se condições de trabalho e o fortalecimento da ATER no Brasil.

Qualidade de vida e de trabalho

Maria Cristina Bougleux¹⁰

O trabalho, no decorrer da história, foi ocupando a maior parte do tempo do ser humano, com a evolução dos métodos de trabalho e o desenvolvimento de novas tecnologias trouxeram mudanças no trabalho, hoje pode-se trabalhar viajando, em casa, etc., mesmo quando não se está trabalhando a vida gira em torno do trabalho. No século XX muitos pesquisadores contribuíram para o estudo sobre a satisfação do indivíduo no trabalho, construindo conceitos de Qualidade de vida no Trabalho QTV, na evolução desses conceitos a pesquisadora Ana Cristina Limongi — França — unifica as territoriais em dizer que “Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) é o conjunto das ações de uma empresa que envolve a implantação de melhorias e inovações gerenciais e tecnológicas no ambiente de trabalho. A construção da qualidade de vida no trabalho ocorre a partir do momento em que se olha as pessoas e a empresa como um todo, o que chamamos de enfoque biopsicossocial. O posicionamento biopsicossocial representa o fator diferencial para a realização de diagnóstico, campanhas, criação de serviços e implantação de projetos voltados para a preservação e desenvolvimento das pessoas, durante o trabalho da empresa”.

Com essa visão integrada e holística do ser humano, pode-se dizer que a qualidade de vida no trabalho é uma extensão que afeta o campo familiar e social dos indivíduos, indo muito além da prevenção de acidentes. Vieira completa: “A insatisfação do homem tem na falta da qualidade de vida no trabalho, a causa primeira. E o homem insatisfeito não coopera, não se envolve nos objetivos da organização onde atua. [...] Prover e investir na qualidade de vida no trabalho é crucial para a empresa ter o retorno em comprometimento e, conseqüentemente, em melhorias da produtividade e competitividade”.

Eda Conte Fernandes, identificou fatores e dimensões que afetam

10 Diretora Regional Sul da Associação dos Funcionários da Emater/RJ (AFERJ).



significativamente o trabalhador que devem ser levados em consideração: Remuneração, Equidade Interna, Equidade Externa, Condições de Trabalho, Carga de Trabalho, Ambiente Físico, Material e equipamentos, Ambiente Saudável, Estresse, Uso e desenvolvimento de capacidades, Autonomia, Significado de tarefa, Variedade da habilidade, Retro informação, Oportunidade de Crescimento e Segurança, A possibilidade de carreira, Crescimento pessoal, Segurança de Emprego, Integração social na organização, Igualdade de oportunidades, Relacionamento, Senso Comunitário, Constitucionalismo, Direitos Trabalhistas, Privacidade Pessoal, Liberdade de Expressão, Norma e Rotinas, Trabalho e espaço total da vida, Horário de entrada e saída do trabalho, Relevância social da vida no trabalho, Imagem da Instituição, Responsabilidade social da instituição, Responsabilidade social pelos serviços e Responsabilidade social dos empregados.

As várias descrições e definições sobre qualidade de vida no trabalho sob diferentes focos têm em comum a conciliação dos interesses dos trabalhadores e da organização, no sentido de humanizar as formas e relações de trabalho. Cada vez mais nos dias atuais percebe-se a importância da qualidade de vida no trabalho, seja na qualidade de vida pessoal, na melhoria do convívio social, na satisfação e motivação do trabalhador com a organização, com isso, refletindo seu desempenho na empresa. A busca pela qualidade de vida e de trabalho dentro das organizações passa através do equilíbrio entre indivíduo x organização, valorizando o trabalhador como ser humano e como sujeito de seu trabalho e não objeto de produção.

Momento sindical brasileiro

Manoel Saraiva¹¹

Os anos 1990 representaram um duro golpe no sindicalismo brasileiro. A partir do início da década passada, no entanto, o setor retomou parte das mobilizações de outros tempos. Influenciam na mudança e no crescimento da economia, a redução do desemprego e melhores relações com o governo federal, avaliam dirigentes e especialistas. Ainda assim, os trabalhadores não conseguem influenciar com força uma agenda nacional, assim grandes temas como a Previdência Social que possibilite

11 Coordenador Geral da FASER, presidente do SINTAPE-PE e especialista em Desenvolvimento Rural Sustentável.



aposentadorias dignas, o fator previdenciário, qualidade de vida, ainda são temas e bandeiras que levarão alguns anos até terem uma definição.

O movimento Sindical brasileiro ainda se encontra em uma encruzilhada ante o fato de ter pela primeira vez um trabalhador chegado à presidência da República em 2003 e terem as Centrais Sindicais assumido uma postura mais de governo do que de representantes das categorias de trabalhadores, esquecendo de investir na formação de novas lideranças que pudessem avançar com o projeto de defesa de direitos trabalhistas conquistados ao longo dos anos e a realidade de uma conjuntura favorável.

Uma boa proposta de conscientização sindical seria a apresentada abaixo:

Análise de conjuntura, um projeto estratégico, uma política de alianças, ter capacidade de mobilização e lutas, realizar boas negociações e possibilitar novas contratações.



Na avaliação de Artur Henrique, ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior relevância do movimento sindical deve-se em grande parte à conjuntura político-econômica do país. Segundo ele, no período dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), o sindicalismo brasileiro viveu um momento de resistência aos ataques contra os trabalhadores e à repressão contra as mobilizações populares. A partir, do governo Lula, o governo federal, como maneira de enfrentar a crise internacional, passou a executar políticas de fortalecimento do mercado interno, recolocando o Estado como indutor do desenvolvimento social e econômico e político em contradição e confronto à farsa do estado mínimo. Tal panorama fez o movimento sindical mudar de patamar. “Estamos vivenciando uma agenda evidentemente mais positiva, que é de ampliação das conquistas dos trabalhadores. Hoje, não basta discutir o número de empregos criados; temos de discutir sua qualidade. Não basta discutir crescimento econômico, temos de discutir desenvolvimento”.

Apesar do otimismo entre dirigentes sindicais, especialistas alertam: “as melhorias devem-se mais à mudança da conjuntura do que às virtudes do sistema



sindical”. A grande incógnita agora é: com a desaceleração da economia, as conquistas continuarão?

O surgimento de greves, paralisações, campanhas, passeatas, conquistas salariais e abertura de espaços institucionais voltaram à cena. Depois de, pelo menos, uma década de poucas mobilizações e conquistas, o movimento sindical brasileiro vem, especialmente a partir do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2007 — 2010), retomando parte do impulso político de períodos anteriores, avalia a maioria dos especialistas e dirigentes sindicais ouvidos principalmente pelos desafios do desenvolvimento exigidos pela sociedade e os avanços democráticos conquistados pelos movimentos sociais organizados. A explicação para essa retomada, segundo os analistas, combina muitos fatores: a conjuntura econômica favorável, a unidade de ação das centrais em algumas pautas e a boa interlocução com o governo federal nos últimos anos do Governo Lula, dentre outros.

Em uma breve avaliação do momento sindical brasileiro podemos afirmar que parte dos nossos atuais desafios, é o cenário de disputa em torno do modelo de organização que melhor representa os interesses da classe trabalhadora. Um dos principais aspectos identificados como resultado do movimento orgânico de classe se situa no campo de conflito com a doutrina corporativista que criou a atual estrutura sindical. Neste sentido, podemos afirmar que colocar como centro da estratégia formativa a problematização dos limites que tal estrutura impõe à unidade da classe trabalhadora, representa a possibilidade de se avançar em um processo consistente de conscientização sobre a importância e superação de tal estrutura.

No cenário atual, no qual a CUT é a única central sindical a defender a liberdade sindical, apontou-se a necessidade de, através dos espaços da formação sindical, avançar no aprofundamento da crítica aos pilares da estrutura sindical corporativista em seus aspectos fundantes: unicidade, imposto sindical, colaboracionismo, pulverização dos processos de negociação coletiva, intervenção do Estado e a criminalização dos movimentos sindicais. Trata-se de uma tarefa premente, já que tais aspectos se contrapõem às premissas previstas na Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, a qual apresenta a liberdade sindical como condição sine qua non para os trabalhadores/as terem o direito de livre escolha no que diz respeito à forma de organização sindical. Sem que jamais venhamos a esquecer que outros três princípios são fundamentais para nós; a independência, a liberdade e a autonomia sindical.



Tese

A Faser deverá agir como indutora na conscientização dos princípios sindicais e trabalhar a formação das suas afiliadas nos princípios essenciais a organização sindical.

Direito do(a) Trabalhador(a): A criminalização dos Movimentos Sociais

Adolfo Brás Sunderhus¹²

O conceito de qualidade de vida no trabalho trata do nível de felicidade ou insatisfação com a própria carreira, enquanto qualidade de vida pode ser definida como o nível de prazer na vida de uma pessoa. Assim toda e qualquer ação que subverte este conceito e valor, deve ser vista como uma forte agressão aos trabalhadores (as). O ambiente do trabalho deve cuidar e se comprometer com um ambiente que permita e contribua para o desenvolvimento pessoal e das capacidades humanas e não ser fonte de desconforto físico ou angústia mental ao trabalhador (a). O trabalhador (a) deve sentir-se realizando algo agradável ou no mínimo, menos desagradável. O salário pago ao trabalhador (a) deve ser suficiente para a atividade que está realizando, bem como sentir-se valorizado em relação a sua importância neste ambiente de trabalho, público ou privado.

Quando estes conceitos ou valores são rompidos, os trabalhadores (as) iniciam um movimento pela melhoria das condições de vida, por políticas públicas mais justas e igualitárias, por melhores condições de trabalho e pelo respeito aos seus direitos. Este movimento tem se intensificado e faz parte de uma realidade que está presente no dia-a-dia dos trabalhadores (as), em especial aqueles (as) do setor público. Estas lutas, pela conquista do direito retirado e negado, se dão através de assembleias populares, greves e paralisações, que se somam as ocupações de órgãos públicos.

Na mesma proporção vem crescendo o desrespeito a estes direitos legítimos e constitucionais dos servidores públicos, que se retratam não somente pela coerção jurídica, de assédio institucional as organizações de representação dos trabalhadores (as), mas também marcados por ações violentas contra estes trabalhadores (as), causando mortes e sequelas de natureza psíquica e física, pelo uso excessivo da força, como o uso

12 Agente de Desenvolvimento Rural do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), e presidente da Associação dos Servidores da Incaper (ASSIN), biênio 2013/2015.



irregular de armamento ditos “menos letal”, podendo causar dano permanente aos trabalhadores (as), que manifestam a busca dos seus direitos, depois de se esgotar todas as tentativas de diálogo e resolução por meio dos dispositivos legais.

Esta criminalização vem acompanhada da negação dos direitos dos trabalhadores (as) públicos por liminares judiciais que já estão prontas, antes mesmo do movimento se iniciar, em suas diversas formas de manifestação, num evidente abuso do poder por parte do poder executivo, que se alia ao avanço legislativo e judiciário, com a criação de novos tipos de penalização para os manifestantes, com a intenção de cercear o direito à liberdade de expressão e da reivindicação dos movimentos sociais. Esta forma de agressão deixa evidente que a força do direito cria uma nova realidade a serviço do detentor do poder político e econômico, que busca disciplinar estes atos a sua vontade e satisfação e a serviço dos seus interesses.

No atual cenário, vivemos um grande projeto de criminalização dos direitos dos trabalhadores (as) e dos movimentos sociais, por atos de assédio moral e institucional, por aqueles em que, de posse do poder, usa da força da legislação, complementado pela força policial, tratando os trabalhadores (as) como criminosos. É nesse contexto que responde o atual momento de criminalização dos movimentos sociais, onde podemos evidenciar a violação da democracia, e mais do que isso, o total desrespeito a direitos fundamentais que precisam ser observados.

Tese

O movimento dos trabalhadores (as) na luta pela defesa dos seus direitos evidencia-se como um dos marcos importantes da democracia e do livre direito a manifestação. Fica evidente, neste contexto, a ação antidemocrática e ditadora exercida pelo poder executivo e judiciário contra o exercício legítimo dos trabalhadores(as) do serviço público do Brasil, diante do processo de criminalização dos movimentos sociais, num completo desrespeito aos direitos constitucionalmente estabelecidos. Desta forma, legítima e necessária, se torna nossa organização na retomada dos nossos direitos e contra a criminalização dos movimentos sociais dos trabalhadores(as) do setor público do Brasil, levando nossa voz aos organismos internacionais, denunciando o estado e o poder judiciário, que tentam nos amordaçar, num flagrante desrespeito e contrário a todos os princípios de liberdade e dos direitos humanos. Não vamos perder nossos direitos, e muito menos calados.



ATER pública oficial e ONGs: o contexto paranaense

Benedito Luiz Almeida¹³

Carlos de Carvalho¹⁴

Considerando um cenário nacional de redução do tamanho das instituições governamentais prestadoras de serviços de assistência técnica e extensão rural e de ampliação de instituições privadas voltadas para uma diversidade de temas vinculados, especialmente, à agricultura familiar era de se esperar que, em algum momento, estas instituições assumissem um compromisso conjunto focado na assistência técnica para o desenvolvimento rural.

No período de 2007 a 2012 o Paraná foi palco de diversas tentativas de prestação de serviços de ATER através da parceria público/ privada.

Dificuldades de toda ordem surgiam neste cenário, desde os impedimentos legais de repasse de recursos financeiros do setor público para o privado, até a competição entre instituições que poderiam estar em sistema de cooperação nos serviços de Ater.

Um período de tentativas e aprendizado que, para a EMATER do Paraná foi materializado no Projeto Tecendo Redes de Cooperação (*MDA 2007/2008*).

Estas dificuldades, por outro lado, favoreceram a busca de alternativas até que, no final de 2009 o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA informa sobre a elaboração da Lei Nacional de ATER – Nº 12.188, aprovada em 11 de janeiro de 2010 e regulamentada em junho de 2010.

Tratava-se não só de uma nova lei, mas de uma orientação a todos os Estados que almejavam responder aos novos anseios da agricultura familiar, sobre uma ATER multidisciplinar alicerçada em um novo cenário de municípios rurais.

Uma ATER inclusiva e geradora de oportunidades que coloca em debate as grandes questões nacionais vinculadas ao rural, desde a necessidade de aumento da produtividade, até a reivindicação de uma agricultura ambientalmente sustentável aclamada em todas as conferências de desenvolvimento rural do país. Ou seja, uma Lei que se vincula a um plano de desenvolvimento da agricultura familiar e coloca em debate os seus paradigmas provocando um diálogo entre a modernização conservadora da agricultura e o desenvolvimento de um rural com gente feliz.

Frente a estes desafios e orientações, os paranaenses participaram das

13 Extensionista Rural da Emater/PR.

14 Extensionista Rural da Emater/PR.



conferências de ATER e de Desenvolvimento Rural. Nelas foram apontadas as necessidades de um Plano Estadual de Desenvolvimento Rural, de Programas específicos para a agricultura familiar, de orientação em gestão para as organizações rurais, de inclusão de jovens e mulheres como agentes do desenvolvimento local e outros importantes temas que contribuem para a formação política, econômica e social dos agricultores deste estado.

Todas estas reivindicações apresentaram como premissas a necessidade de uma assistência técnica comprometida com a agricultura familiar.

Neste contexto, no âmbito do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar - CEDRAF foi constituído um grupo de trabalho para elaborar a Lei Estadual de ATER.

Em 27 de dezembro de 2012 o Estado do Paraná instituiu a Lei 17.447 – Lei Estadual de ATER, onde se localizam a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural- PEATER-PR e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural- PROATER-PR.

Diante da nova Lei de ATER os conselhos municipais, os colegiados territoriais e o CEDRAF, além das atribuições relativas ao controle social dos projetos voltados à agricultura familiar, serão os protagonistas de novas oportunidades de desenvolvimento e ATER.

Tem destaque nesta Lei:

- O papel das Prefeituras Municipais, através das secretarias de agricultura, que poderá ser prestadora de serviços de ATER em seu município;
- A possibilidade de ampliação do público assistido, que não se limita ao público detentor de DAP;
- A possibilidade de realizar credenciamentos diferenciados, que pode ser Pleno, Específico ou Provisório;
- O compromisso da EMATER em capacitar toda a Rede Estadual em Extensão Rural, governamental e não governamental abrindo caminho em direção à ampliação e melhoria da ATER no Paraná.

Compondo os temas que estão sendo desenvolvidos para atender as novas necessidades da Ater tem destaque o Fundo de Equipamento Agropecuário — FEAP, que contribuirá para a organização dos recursos financeiros a serem aplicados em Assistência Técnica e Extensão Rural. Com a viabilização do FEAP o Paraná apresentar-se-á apto à realização de convênios e chamadas públicas mais específicas.



A partir deste momento as parcerias institucionais são fundamentais para a qualificação dos serviços a serem prestados. A complementação de conteúdos especializados, bem como, de públicos novos a serem atendidos são desafios a serem enfrentados em conjunto.

Na busca da redução das desigualdades encontramos na Gestão da ATER um forte aliado. A organização dos recursos evitará duplicidades de ATER em alguns territórios, bem como, possibilitará atender outros territórios não contemplados.

O trabalho integrado entre os Governos (Federal, Estadual e Municipais) – e as organizações não governamentais fortalece as possibilidades de melhores serviços à agricultura familiar. Assim, observamos como consequência deste novo processo, a criação do FÓRUM das Entidades não Governamentais de ATER do Paraná, que busca organizar as instituições e abrir espaços para diálogos sobre a prestação de serviços neste estado.

Também a Rede Estadual de Colegiados Territoriais que está incentivando os colegiados territoriais a realizarem suas eleições, atualizarem seus diagnósticos, planos e projetos para uma participação mais ativa no desenvolvimento.

A Regulamentação da Lei Estadual de ATER apresenta o modo como as instituições participarão dos programas de ATER.

Além disto, traduz-se num convite às Prefeituras Municipais, aos Colegiados Territoriais, Conselhos Municipais de Desenvolvimento e Instituições Prestadoras de Serviços de ATER a realizarem, em conjunto, a ATER no Paraná.

Todo este processo cria condições para melhor atender as 365.654 famílias de agricultores do Paraná, sendo que destes:

- 105.944 em condição de pobreza
- 62.436 com baixa produtividade agrícola e algum processo de organização da produção
- 100.259 com médias produtividades, início de processamento da produção e organização dos fatores de produção
- 52.742 adotam boas práticas agrícolas, processos mais intensivos de produção e, através de produtividades médias e altas, conseguem agregar renda. Estas famílias já demandam uma ATER especializada
- 44.273 no patamar de maior renda adotam boas práticas agrícolas, praticam a transformação da produção, ou, se inserem em sistemas integrados de produção. Destes, alguns aderem a nichos de mercados em parte da produção.



O conjunto dos agricultores familiares do Paraná é composto por grupos bem distintos, que requerem ATER's específicas, projetos e programas que contribuam para a redução de suas fragilidades quer sejam econômicas, ambientais ou sociais. Todos abrigados numa política estadual comprometida com o desenvolvimento rural.

Reflexões sobre a criação da Rede Paranaense de Entidades de Ater

Elsidio Emilio Cavalcante¹⁵

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ater) gratuita para agricultores familiares no Brasil ganhou um grande impulso com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com a aprovação e promulgação da Lei 12.188/10 pelo presidente Lula.

A partir daí abriu-se caminho para a liberação de recursos que aumentaram a oferta da ater pública no país. Porém, o governo deparou-se com a grande maioria das Empresas ou Autarquias Públicas de Ater desativadas ou sem um quadro próprio que pudesse fazer frente a esta demanda. O MDA, muito apropriadamente, além de viabilizar diversas parcerias com as empresas públicas de ater dos estados, resolveu, através de editais de Chamada Pública, convocar as Entidades Não Governamentais de Ater (Cooperativas e Oscip's) a fazer parte desse esforço de levar a ater pública aos agricultores familiares, aumentando, assim, a qualidade e a quantidade dos alimentos produzidos por este grande contingente de agricultores.

No Paraná, diferentemente da maioria dos estados brasileiros, existem diversas Entidades Não Governamentais de Ater atuando no seguimento da Agricultura Familiar, fazendo com que o estado tivesse ganhadores em praticamente todos os editais. Com isso, um grande número de profissionais na área agrícola entrou em ação, apoiando e complementando a ater pública estadual operada pela Emater.

O sucesso alcançado pela iniciativa no estado levou as organizações a se unirem, primeiramente em um Fórum Não Governamental de Ater e em seguida, com a participação da Emater, na rede paranaense de Ater, com o intuito de unificar a política estadual de ater, elaborar um banco estadual de informações de ater, capacitar os diversos profissionais que atuam na área e apoiar a Política Nacional de Ater, levando para os gestores do MDA informações que possam melhorar os futuros editais.

É inegável que a ater pública não pode ser levada ao agricultor apenas pelos profissionais do estado, pois as Emater's, com pouquíssimas exceções, não terão em

15 Presidente da Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná.



seus quadros profissionais em quantidade e qualidade suficiente para atender à demanda surgida depois da implementação dos editais de Chamamento Público. Além disso, as Empresas Públicas têm outras atribuições impostas pelo estado que tomam grande parte do seu tempo, restringindo as suas atividades exclusivas de ater.

Portanto, é necessário o apoio total dos profissionais que atuam em ater nas Empresas públicas a este novo formato de assistência técnica, pois só com um grande entrosamento entre todos os profissionais conseguiremos atender à demanda cada vez maior de técnicos especializados na agricultura familiar. Algumas barreiras precisam ser derrubadas e um amplo debate tem que ser feito para que se consiga o objetivo maior que é aumentar a oferta e a qualidade dos alimentos oriundos da Agricultura Familiar.